

Semana da Cidadania

17 a 24 de abril de 2021

Tema: Juventude e a Luta pela NÃO precarização do trabalho, em defesa de uma vida digna

Lema: "No ventre de Maria, o verbo se fez carne, na oficina de José, o verbo se fez classe"

Dom Pedro Casaldáliga



"O Meu desejo é a vida do meu Povo" Ester 7, 3.



SEMANA DA CIDADANIA (SdC)

17 a 24 de abril de 2021.

TEMA

Juventudes e a luta pela NÃO precarização do trabalho,
em defesa de uma vida digna.

LEMA

“No ventre de Maria, o verbo se fez carne,
mas na oficina de José, o verbo se fez classe.”

(Dom Pedro Casaldáliga)

ILUMINAÇÃO BÍBLICA

“O meu desejo é a vida do meu povo.”

(Ester 7, 3)

PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR – PJMP

PASTORAL DA JUVENTUDES ESTUDANTIL – PJE

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – PJR

PASTORAL DA JUVENTUDE - PJ

CRÉDITOS

FILIPE XAVIER

Secretário nacional da
Pastoral da Juventude do Meio Popular – PJMP

MICHELLE GONÇALVES

Secretária nacional da
Pastoral da Juventude – PJ

DAVI DIAS RIBEIRO ARANTES

Secretário nacional da
Pastoral da Juventude Estudantil - PJE

PAULO ROMÁRIO

Secretário nacional da
Pastoral da Juventude Rural - PJR

EQUIPE DE ELABORAÇÃO E PRODUÇÃO

Filipe Xavier- PJMP/PI; Catiana Santos-PJMP/BA; Michelle Gonçalves-PJ/PI, Thalita Vasconcelos, PJ/AC, Augusto Andrade-PJ/PE, Jassiara Santos-PJ/MG; Paulo Romário-PJR/PB, Davi Arantes PJE/SP. Ana Carolina PJE/PB, Jardel Neves Lopes -Pastoral Operária.

EQUIPE DE REVISÃO

Comissão para Doutrina da Fé da CNBB e Comissão Episcopal Pastoral para Juventude da CNBB.

EQUIPE DE DIAGRAMAÇÃO/ILUSTRAÇÃO/CARTAZ

Guilherme Monteiro, PJMP/RJ

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
O QUE É A SEMANA A CIDADANIA	6
O QUE É CIDADANIA?	6
PARA QUE SEMANA DA CIDADANIA?	6
HISTÓRICO DA SEMANA DA CIDADANIA	7
ATIVIDADES PERMANENTES 2021	8
METODOLOGIA DAS ATIVIDADES PERMANENTES	9
COMO ORGANIZAR A SEMANA	10
EIXOS.....	Erro! Indicador não definido.
JUVENTUDE E A LUTA PELA NÃO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, EM DEFESA DE UMA VIDA DIGNA	12
UBERIZAÇÃO: A NOVA MARCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO	15
MERITOCRACIA, JUVENTUDES E LIBERTAÇÃO: RECONHECER AS INJUSTIÇAS E LUTAR POR DIGNIDADE	18
A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MUNDO JUVENIL E A SAÚDE MENTAL	21
PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO	24
COMO CONSTRUIR UM PROJETO DE VIDA SE NÃO NOS DEIXAM VIVER COM DIGNIDADE?	26
CONTATOS	28

APRESENTAÇÃO

Chegamos a mais uma semana da cidadania. É mais uma oportunidade de refletir como ser cristão e cristã em meio à sociedade hodierna marcada por tantas precariedades. Em 2021, em plena pandemia do coronavírus, com consequências sérias não só na área da saúde, o tema do desemprego e da precarização do trabalho veem à tona e pede uma resposta da juventude brasileira.

A SdC quer promover a consciência crítica e o confronto da realidade com os valores cristãos, pois seguimos aquele que disse: “Eu vim para que todos tenham vida, e vida em abundância” (Jo 10,10). A temática “trabalho” remete à dignidade humana e sua participação na obra criadora de Deus, como nos ensina a Doutrina Social da Igreja. É também meio de realização pessoal, pois pelo trabalho, cada pessoa desenvolve suas capacidades, talentos e dons, colaboram com o crescimento cultural e social e atende ao mandato do Criador de “guardar e cultivar a terra” (Gn 2,15).

No contexto atual, em que a juventude se vê cada vez com menos oportunidades, e diante de um contexto socioeconômico e político que parece querer arrancar-lhe a possibilidade de sonhar, a proposta de refletir sobre a precarização do trabalho é um convite à discernir como cristãos e cristãs devem agir diante da “economia que mata” (EG 53).

Seja esta SdC conscientizadora, mas também propulsora de sonhos, de desejo e ações concretas de transformação a partir do Evangelho, pois, como nos diz o Papa Francisco: “Não há idade para sonhar...Sonhem e sonhem em grande!”.

Comissão Episcopal Pastoral para Juventude

O QUE É A SEMANA A CIDADANIA

A Semana da Cidadania (SdC) enfatiza a dimensão sociopolítica e é parte do processo de formação integral promovido pelas Pastorais da Juventude do Brasil (PJMP, PJ, PJR e PJE), sendo uma das atividades permanentes e ação oficial da Igreja no Brasil. É uma prática do discipulado missionário de milhares de grupos de jovens e militantes organizados como Igreja nas comunidades, nas escolas, nos meios populares e nas comunidades rurais. É o exercício do anúncio evangélico de vida plena; anúncio engajado na realidade concreta dos sujeitos jovens, comprometido com a reparação das injustiças e com a construção da igualdade social, como sinais do Reino de Deus.

O QUE É CIDADANIA?

A palavra cidadania, vinda do latim *civitas* (cidade), já está bem incorporada em nosso vocabulário. Ela é usada para designar uma cidadania formal, isto é, pertencimento a um território, nacionalidade (somos cidadãos/ãs brasileiros/as); ou para se referir ao conjunto de direitos (civis, políticos, sociais) de cada pessoa/grupo. A concepção mais comum de cidadania é, portanto, o conjunto de direitos da pessoa que vive em sociedade. Mais do que isso, a cidadania é o exercício desses direitos, culminando em participação plena na vida social. Fala-se também em deveres, para se referir às implicações e responsabilidades da vida em sociedade.

A cidadania pode ser entendida também como um processo longo e permanente de conquista de direitos. É só lembrarmos que, quando surgiu a ideia de cidadania (ainda na Idade Antiga), somente homens, proprietários de terras e adultos eram considerados cidadãos. Foram necessários muitos séculos para que mulheres, pobres, estrangeiros, crianças e jovens acessassem os mesmos direitos, mesmo que só formalmente. Está ainda em curso a história de construção e ampliação destes direitos a toda população, no Brasil e no mundo. E a participação popular foi sempre decisiva para a ampliação e o acesso aos direitos civis, políticos e sociais. Por isso, é importante lembrar que a cidadania plena só se realiza se for combinada com democracia, direitos, igualdade social, justiça e participação popular.

Em nossa história notamos o avanço considerável de acesso a direitos, graças às lutas dos movimentos sociais, das Igrejas e dos diversos grupos, mas, sobretudo por causa das desigualdades sociais, ainda temos muito que fazer para que nossa cidadania não seja apenas formal, mas efetiva/substantiva, isto é, para que todos/as possam exercer plenamente seus direitos, para que os direitos conquistados não sejam retirados e para que todos/as tenham vida plena.

PARA QUE SEMANA DA CIDADANIA?

É o caráter permanente da construção de nossa cidadania que faz com que a SdC seja sempre tão importante. Ela não é uma semana para exercermos a cidadania, pois esta, como vimos, é vivida e construída no cotidiano. Ela é um evento, dentro de um processo, que nos ajuda a:

1.Fazer memória e celebrar a luta histórica dos jovens e de todo o povo na construção dos direitos;

2.Fortalecer/organizar o processo de construção e garantia de direitos, articulando forças com outros grupos, movimentos, Igrejas, em torno do projeto de sociedade que sonhamos e em defesa da vida dos/as jovens;

3.Criar oportunidade para debater com os/as jovens os temas da cidadania, dos direitos, sobretudo os que dizem respeito à vida da juventude, por meio de atividades de formação, mobilização, campanhas, etc.;

4.Criar oportunidade para dialogar com o poder público e outros órgãos e instituições em vista da efetivação de direitos juvenis e de políticas públicas para este público.

A Semana da Cidadania constitui parte de nosso compromisso apostólico de anunciar e construir vida plena. É um espaço para a convocação de novos grupos de jovens e para despertar para a vida comunitária e é nossa oportunidade, como jovens, de compor a história da construção dos nossos direitos.

HISTÓRICO DA SEMANA DA CIDADANIA

1996 – Você não vai ficar de fora! Faça seu título e vote consciente

1997 – Um grito por liberdade!

1998 – Democracia: exercício de liberdade!

1999 – Desemprego: Juventude sem sonho, país sem futuro!

2000 – Sem essa de exclusão! Jovem, agora são outros 500.

2001 – Vida que te quero viva!

2002 – Animemos a Esperança. Construamos a Paz. Direito de ser diferente

2003 – É preciso saber viver

2004 – América Latina: construindo a democracia como bem-comum

2005 – O Brasil que a Juventude quer

2006 – Quero Vida, quero Liberdade

2007 – Espaço de Vida. Tempo de Direitos!

2008 – Empobrecimento Social da Juventude

2009 – Temos que gritar! | Lema: É a juventude em marcha contra a violência!

2010 – “Trabalho para a vida, não para a morte” | Lema “Juventude, suando e sonhando, em marcha contra a violência”

2011 – “Juventude, terra viva” | Lema: “Da mãe terra, esperança e resistência”.

2012 – Juventude e saúde alimentar. | Lema: É preciso ter certeza do que se põe na mesa

2013 – Vidas pela Vida. | Lema: Pastorais da Juventude contra a redução da maioria penal.

2014 – Juventude na Luta por Reforma Política. | Lema: É hora de transformar o que não dá mais.

2015 – Juventude, Mídia e Sociedade. | Lema: A nossa comunicação seja azeite perfumado pela dor e vinho bom pela alegria (Papa Francisco)

2016 – Juventude e Bem Comum: Terra, Teto e Trabalho. | Lema: Unidos/as por uma luta comum: Terra, Teto e Trabalho

2017 – Democracia, para quem e para quê? | Lema: Todo poder emana do povo (Art. 1º, Parágrafo, CF/88)

2018 – Mulheres, é hora de transformar o que não dá mais! | Lema: Essa ciranda não é minha só, ela é de todas/os nós!

2019 – Políticas Públicas: luta e resistência pela vida das juventudes. | Lema: “Quem resiste, insiste no front, quer ver novo horizonte se levantar” (música Outrora e Agora – O Teatro Mágico).

2020 – Juventude e Ecologia Integral: em defesa da vida plena. | Lema: A defesa da terra é a defesa da água, é a defesa da vida. (Papa Francisco)

ATIVIDADES PERMANENTES 2021

Todos os anos as Pastorais da Juventude (PJ, PJMP, PJE e PJR) realizam duas Atividades Permanentes, que são parte de sua ação no cuidado com a vida da juventude, ao modo de Jesus de Nazaré, e do processo de formação integral que desenvolvem com os/as sujeitos jovens. A Semana da Cidadania (SdC) e a Semana do Estudante (SdE) são realizadas como um processo, por isso são organizadas a partir do planejamento das ações das Pastorais no ano e têm os/as jovens como protagonistas.

São realizadas em sintonia com a Campanha da Fraternidade, com o Documento 85 da CNBB – Evangelização da Juventude, com o Projeto IDE da CEPJ, com as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja do Brasil, com o Documento do CELAM – Civilização do Amor: projeto e missão, com o DoCat e com o Documento final do Sínodo dos Bispos sobre juventudes.

As Atividades Permanentes ajudam a compor a agenda, com as motivações e os desafios importantes para as ações pastorais com/dos jovens, no ano. Elas são espaços e oportunidades de formação, conscientização e mobilização.

Em 2021, as Atividades Permanentes apresentam várias formas de estar com Jesus de Nazaré. Neste caso, encontrar com Ele é também encontrar com a comunidade, com o grupo, com a família, com a cultura, com a religião, com as dores do povo, do planeta, com as lutas, as conquistas e os sonhos dos/as jovens.

Passado um ano dos primeiros casos de COVID no Brasil escrevemos esse material, no pior momento da Pandemia, quase todos os estados brasileiros com a

bandeira vermelha, vivendo um colapso nos hospitais, pessoas morrem nas filas por falta de leitos. Enquanto isso, a vacinação do povo brasileiro contra o Coronavírus segue a passos lentos e já estamos no quarto ministro da saúde em um ano. Vale salientar, que o corte do auxílio emergencial colocou os/as empobrecidos/as na difícil situação de precisar sair para trabalhar e colocar comida nas mesas, somadas a uma alta inflação com o aumento dos preços de alimentos, compreendemos que nesse momento estamos diante de uma política de morte do povo brasileiro, que está tendo de escolher se morre de fome ou de Covid.

METODOLOGIA DAS ATIVIDADES PERMANENTES

As Atividades Permanentes (Semana da Cidadania e Semana do Estudante) desde 2020 vem se adaptando metodologicamente em suas estruturas e organização. Devido o contexto pandêmico, infelizmente ainda presente no cenário nacional brasileiro, as Pastorais de Juventude do Brasil (PJMP, PJ, PJR e PJE) preocupadas com os grupos de jovens que sempre realizam os encontros da Semana da Cidadania e Semana do Estudante, estão propondo novas formas de celebrar e refletir as temáticas. Em 2020, foram elaboradas transmissões ao vivo, encontros virtuais e vídeos, que ajudaram a desenvolver as Atividades Permanentes. O ano de 2021 não será diferente.

Dessa forma, o subsídio da Semana da Cidadania 2021 não terá os encontros formativos, a modo que não estimule os grupos de jovens a se reunirem nas comunidades. Ao invés, terão textos formativos sobre o tema centro e os eixos temáticos.

SEMANA DA CIDADANIA - 17 a 24 de abril de 2021

Tema: Juventudes e a luta pela NÃO precarização do trabalho, em defesa de uma vida digna.

Lema: “No ventre de Maria, o verbo se fez carne, mas na oficina de José, o verbo se fez classe.” (Dom Pedro Casaldáliga)

Iluminação Bíblica: “O meu desejo é a vida do meu povo.” (Ester 7, 3)

Eixos Temáticos:

- 01- Juventude e a luta pela não precarização do trabalho, em defesa de uma vida digna
- 02- Uberização: a nova marca da precarização do trabalho
- 03- Meritocracia, juventudes e libertação: reconhecer as injustiças e lutar por dignidade
- 04- A precarização do trabalho no mundo juvenil e a saúde mental
- 05- Precarização do trabalho no Campo
- 06- Como construir um projeto de vida se não nos deixam viver com dignidade?

COMO ORGANIZAR A SEMANA

A Semana da Cidadania (SdC) pode ser realizada de muitas formas, por muitos modelos de grupos e coletivos. O tema proposto é sempre um tema relacionado à vida dos/as jovens, por isso, sabemos muitas coisas a respeito dele. No entanto, com o subsídio, as Pastorais da Juventude apresentam mais do que o tema, trazem uma reflexão. Este subsídio propõe alguns modos de abordagem e questões, dados e ideias sobre o tema para o debate e a ação dos grupos. Ele nos ajuda a entender melhor alguns aspectos do tema e pode ser usado em conjunto com outros materiais aos quais tenhamos acesso e com as informações que já sabemos a respeito do tema da SdC. Para que a SdC cumpra seus objetivos e seja oportunidade de formação e mobilização, é necessário planejar com antecedência e cuidado as atividades. Podemos começar pelo estudo deste material e de outros que possam nos inteirar do tema, formar as parcerias, planejar, realizar e avaliar as atividades e ações.

Neste ano, diante do atual cenário, a orientação é fazer a leitura dos textos individualmente ou coletivamente através de encontros virtuais.



JUVENTUDE E A LUTA PELA NÃO PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO, EM DEFESA DE UMA VIDA DIGNA

*Pe. Francisco Maurício Lopes da Silva*¹

*“Nenhuma família sem casa, nenhum camponês sem terra, nenhum trabalhador sem direitos”
(Papa Francisco)*

Tempos de pandemia da COVID 19 que atinge o mundo inteiro desde o ano passado e, no Brasil, algo mais ainda perverso, porque ela se mostra descontrolada e avança com alto número de pessoas infectadas e hospitais lotados. É nesse contexto que se realiza a Semana da Cidadania 2021 uma rica experiência de nossas pastorais juvenis de todo o Brasil. O texto bíblico que inspira a semana da cidadania é muito provocador: “O meu desejo é a vida do meu povo” (Ester 7,3). É provocador porque salvar vidas, cuidar da vida de todos deve ser a nossa preocupação e ação prioritária no momento delicado que vivemos. Nesse sentido, é um falso discurso a ideia de salvar empregos e que o país não pode parar. Temos que salvar vidas e depois recuperar a economia. Precisamos dar proteção social aos mais vulneráveis. Os governos precisam se apressar para tomar medidas mais restritivas que diminuam a transmissão do vírus e proporcionem o benefício social para socorro aos mais pobres.



A situação da pandemia da COVID 19 foi decretada pela OMS em março do ano passado. Mas podemos dizer que vivemos uma realidade de sindemia²: uma realidade onde sofremos com uma grave crise em todos os aspectos da vida humana. É uma crise sanitária, social, econômica e política. A Semana da Cidadania 2021 se realiza num contexto em que “no Brasil, a pandemia escancarou as desigualdades e a

¹ Pe. Francisco Maurício Lopes da Silva é presbítero da Arquidiocese de Fortaleza, Pároco da Paróquia de Nossa Senhora das Graças e São Pedro – Tabuba/Caucaia – CE; Assessor Arquidiocesano da Pastoral de Juventude do Meio Popular – PJMP e na Comissão Nacional de Assesores(as) da PJMP.

² O termo sindemia (um neologismo que combina sinergia e pandemia) não é novo assim. Foi cunhado pelo antropólogo médico americano Merrill Singer na década de 1990 para explicar uma situação em que “duas ou mais doenças interagem de tal forma que causam danos maiores do que a mera soma dessas duas doenças”. Existe o Sars-CoV-2 (o vírus que causa a doença covid-19) e, por outro, uma série de doenças não transmissíveis. E esses dois elementos interagem em um contexto social e ambiental caracterizado por profunda desigualdade social. Essas condições, argumenta Richard Horton, exacerbam o impacto dessas doenças e, portanto, devemos considerar a Covid-19 não como uma pandemia, mas como uma sindemia. Richard Horton é editor-chefe da prestigiosa revista científica The Lancet. (cf. <https://cee.fiocruz.br/?q=node/1264>)

estratificação social, econômica e social”³. Em 2021, essa iniciativa das pastorais juvenis focaliza a questão do trabalho e da precarização da atividade laboral que afeta especialmente jovens e mulheres. O trabalho é uma dimensão essencial da vida de cada um, da vida familiar e da sociedade. A questão do trabalho aparece para reflexão das comunidades cristãs por ocasião da CF4 de 1978 “Trabalho e Justiça para todos” e na CF de 1991 “Solidários na dignidade do trabalho”. Nessa última campanha da fraternidade, cujo tema era “Fraternidade e Desemprego” nos chamava atenção para um dos principais problemas sociais do final do século e milênio e que nos desafia a procurar soluções urgentes. É mediante o trabalho que homens e mulheres procuram o pão do dia a dia (Sl 128 (127), 2; Prov 10,22). O trabalho é uma das características que distinguem a pessoa humana do resto das criaturas. O trabalho está relacionado com a manutenção da própria vida; somente a pessoa tem capacidade para o trabalho e somente a pessoa humana realiza-se preenchendo ao mesmo tempo com ele a sua existência sobre a terra. Os jovens não podem aceitar a realidade da precarização do trabalho (cf. Jr 22,13). A precarização do trabalho significa o desmonte dos direitos trabalhistas e não garante aos trabalhadores uma vida digna (cf. Jo 10, 10). “O trabalho humano tem um seu valor ético, o qual, sem meios termos, permanece diretamente ligado ao fato de aquele que o realiza ser uma pessoa, um sujeito consciente e livre” (LE, nº 6)⁵. Mudanças estruturais têm trazido complicações para os trabalhadores (as): processos de automação da produção, inserção de novas tecnologias, muitos trabalhadores têm virado camelôs, “feito bico”, etc.

Novas tecnologias e liberalização geral da economia e do comércio afetam radicalmente as formas de trabalho, com efeitos em diferentes setores da sociedade e sobretudo para os países mais pobres do planeta. “O desemprego, a injusta remuneração pelo trabalho são contrários ao desígnio de Deus” (cf. DAp, nº 121)⁶. Nesse contexto de sociedade capitalista e de modelo de produção que temos, gera uma sociedade desigual e injusta; os trabalhadores são maltratados. Os trabalhadores sem qualificação refugiam-se no setor informal, sem proteção legal e sem proteção social. Outros nem procuram mais trabalho e sobrevivem de bicos. “A solidariedade com quem sofre as consequências do desemprego e do trabalho precário, é, pois, uma expressão de caridade” (Doc. 109 da

3 CONIC - Texto –Base da V Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021, nº 31 (Tema: Fraternidade e diálogo: compromisso de amor). Brasília: Edições CNBB, 2020.

⁴ A CF – Campanha da Fraternidade é promovida pela CNBB a cada ano no tempo quaresmal desde o ano de 1964 e traz um tema para reflexão à luz da Palavra de Deus e da Doutrina Social da Igreja, a partir da metodologia do Ver, Julgar e Agir.

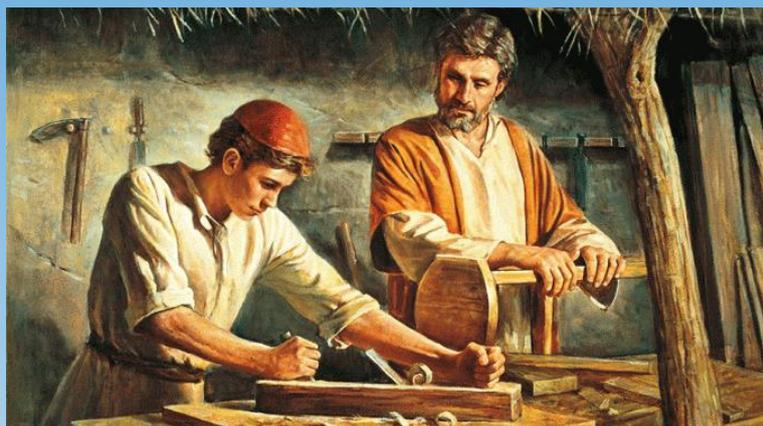
⁵ Carta Encíclica *Laborem Exercens* do papa João Paulo II, sobre o Trabalho Humano (1981).

⁶ CELAM, Doc. de Aparecida, Texto conclusivo da V CELAM (2007). Paulus: São Paulo, 2008.

CNBB, nº 106)⁷. Temos no Brasil uma realidade de salários baixos, à margem do mercado de trabalho encontram-se os supérfluos, os descartáveis que são considerados trabalhadores não necessários. Hoje, os trabalhadores se sentem profundamente ameaçados. Temos uma exploração que clama aos céus. Precisamos repensar todo o sistema econômico, em que a pessoa seja o centro. Precisamos que a política e a economia, em diálogo, se coloquem decididamente a serviço a vida (cf. LS, nº 189)⁸. A lógica perversa do capitalismo explora a pessoa humana e degrada o meio ambiente.

O desemprego juvenil, a informalidade e a falta de direitos laborais não são inevitáveis, são o resultado de opção social prévia, de um sistema econômico que coloca os lucros acima da

pessoa humana. “Terra, teto e trabalho, aquilo porque lutam, são direitos sagrados. Reclamar isso não é nada de estranho, é a Doutrina Social da Igreja” (Papa Francisco). Com o



Papa Francisco, mantenhamos viva a vontade de construir um mundo melhor. Que as juventudes todas estejam atentas em ouvir a Palavra de Deus vivo, procurem saber que lugar ocupa o seu trabalho não somente no progresso terreno, mas também no desenvolvimento do Reino de Deus, para o qual todos somos chamados pela alegria do Espírito Santo e pela palavra do Evangelho.

Tabuba/Caucaia,_CE, 27 de março de 2021.

⁷ CNBB, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil, Doc. 109, Ed. CNBB: Brasília, 2019.

⁸ Francisco, Carta Encíclica Laudato SI' – sobre o cuidado da casa comum, Paulinas: São Paulo, 2015.

UBERIZAÇÃO: A NOVA MARCA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO

Jardel Neves Lopes

O Brasil fechou o ano de 2020 com mais de 18 milhões de brasileiros/as que não trabalharam e nem buscaram trabalho por causa da pandemia. 19 milhões foram afastados do seu trabalho durante a pandemia. 30 milhões tiveram redução no rendimento salarial, alguns casos chegaram até 61% do salário. 49,7% da população com idade ativa para trabalhar estava ocupada (84,4 milhões de 169,9 milhões). Temos menos gente



trabalhando do que os/as desocupados/as. Aproximadamente 34 milhões de trabalhadores/as informais. Enquanto mais de 68 milhões de pessoas receberam alguma parcela do auxílio emergencial (sendo que 108 milhões de pessoas solicitaram), apenas 37 milhões estavam trabalhando com carteira assinada.

Esses dados da realidade são apenas uma janela estatística pela qual olhamos o caos que ronda o mundo do trabalho. Podemos olhar por outra janela, a da realidade/comunidade em nossa volta, as ruas, e notar as pessoas com fome, pedindo nos semáforos, nas portas das casas, nos ônibus, nos metrô, nos estabelecimentos comerciais, outras dormindo nas marquises, nas calçadas, nas ruas e praças. As imagens que saltam aos nossos olhos são expressões dos números que quantificamos acima.

Outra janela a qual sentimos o drama do mundo do trabalho, é quando conversamos com trabalhadores sem direitos, com jornadas exaustivas, com salários reduzidos, e com receio de perder o emprego que ainda lhes resta. Entre a juventude esse quadro se torna mais grave. Há jovens trabalhando 76 horas semanais (sem banco de horas ou remuneração extra), com folgas em um dia da semana e um domingo no mês, sem direitos assegurados, enquanto a CLT permite apenas 44 horas de trabalho semanal (o que passa disso é hora extra ou banco de horas).

Essa realidade não se trata apenas de impactos provocados pela pandemia do covid-19, mas já estavam em curso no mercado de trabalho. O sistema neoliberal capitalista para sustentar o lucro, mais valia, acumulação; necessita da exploração da força de trabalho. Por isso, o que está em curso é uma ofensiva do capital sobre o trabalho. Um dos meios pelo qual está acontecendo é através da retirada e violação de direitos da classe trabalhadora.

O movimento de terceirização, reforma trabalhista, reforma da previdência ocorreram pelas vias legais para esvaziar o contrato de trabalho. O Estado que tem a

função reguladora dessa relação entre capital e trabalho, através da criação, implementação e proteção das leis, está cada vez mais submisso e controlado pelo capital – mercado financeiro. O golpe político em 2016 tinha como função responder a essa demanda do capitalismo. O governo pós-golpe, Temer, chamava a reforma trabalhista de “flexibilização”, para o capital, é claro. O governo atual, Bolsonaro foi mais ousado de forma desmedida, usou a expressão “passar a boiada” na Amazônia; “vamos ganhar dinheiro usando recursos públicos para salvar grandes companhias. Vamos perder dinheiro salvando empresas pequenininhas”, disse o Ministro da Economia, Paulo Guedes.

Esses fatos não estão descolados do movimento global de exploração do trabalho por parte do capital, que denominamos de Uberização. O nome não se restringe apenas ao aplicativo de transporte de pessoas, comida e alimentos, ou a empresa Uber. A Uberização é uma forma de exploração da força de trabalho que não assegura os direitos e nem o respeito à soberania do país. Talvez a realidade mais próxima desse modo de exploração que podemos ver são os motoristas de táxi-uber ou os entregadores de comida. Todavia, esse modo de trabalho vai ampliando por meio do teletrabalho, dos serviços de vendas, da educação à distância – EaD, serviços médicos, nos quais extingue o contrato de trabalho e muda as formas de admissão e demissão, sem garantir piso salarial. As relações de trabalho mudam completamente, e impactam diretamente na organização dos trabalhadores, na formação de uma consciência de classe, na luta por transformação. O salário fica extinto e a remuneração está condicionada à produção.

O movimento que melhor expôs o problema da Uberização do Brasil foram os “entregadores antifascistas”, o que ficou conhecido como “greve dos entregadores”, ou em segundo momento, “breque dos apps”, buscando melhores condições de trabalho para quem atua para as plataformas Ifood, Uber Eats, Rappi, Loggi. A reivindicação se traduz em “comida”. “Trabalhar com fome no estômago e carregar comida nas costas é uma tortura”, é o que diz Paulo Lima, ou “Galo”, um dos protagonistas dessa luta, em São Paulo. Galo resume em poucas palavras para entendermos o que significa a Uberização: “se a revolução industrial suprimiu as profissões, a Uberização tirou os nossos direitos”.

A juventude é quem mais sofre impactos da precarização do trabalho. E consequentemente os mais prejudicados com uma sociedade sem acesso a trabalho digno e direitos. A Uberização não apenas canalizou os postos de trabalho e suprimiu os direitos, como conseguiu implantar uma ideia individualista e oposta à categoria de trabalhadores, e denominando-os de “empreendedores”. Conseguem, em grande parte, implantar ideias

de meritocracia, esforço individual para alcançar o sucesso, espírito de competição pautado pelo individualismo e não pela cooperação coletiva. Imputam-lhes a culpa da “desqualificação”, enquanto cessam o incentivo aos estudos, à ciência, cortam bolsas de estudo, sucateiam as universidades, fecham cursos, desqualificam o ensino público.

A mão do mercado controla o Estado que gerencia as políticas públicas para responder aos interesses do capital. Apesar da crise econômica e do luto da pandemia, não faltaram governadores e prefeitos desviando recursos do SUS e empresas superfaturando em equipamentos hospitalares. A juventude já é e será mais prejudicada em relação ao trabalho, seja com ausência de postos de trabalho, ausência de direitos e, sobretudo, seguridade social. É fato que há muito movimento da juventude, sobretudo alinhado com a bandeira cultural, nas periferias, etc. Diversas iniciativas criativas de trabalho social, empreendimentos solidários, ou mesmo startups inovadoras, criação de apps para beneficiar a comunidade local ou uma organização, enfim, muitos dons de inteligência e habilidades técnicas colocados a serviço da sociedade do bem viver.

Mas, convenhamos que o tema do trabalho não tem muito espaço de debate entre as juventudes. Pois, o trabalho se tornou um fardo para muitos/as jovens que tentam conciliar estudos e trabalho, ou que desistem dos estudos, de sonhos, diante da necessidade de trabalhar para ajudar a família. Ou mesmo, porquê o que sobram para eles/as são os trabalhos precários e com salários e direitos rebaixados. Muitos não veem perspectiva de inclusão social pela via do emprego. Por isso, muitos são seduzidos facilmente pelo tráfico de drogas. Há também aqueles/as que “nem estudam e nem trabalham”, que soma aproximadamente 11 milhões de jovens. Como dialogar com essa galera? Como gerar processo de acompanhamento e militância? Como despertá-los para construir uma sociedade do bem viver, uma civilização do amor, com justiça e paz? Que alternativas despontam entre a juventude trabalhadora?

MERITOCRACIA, JUVENTUDES E LIBERTAÇÃO: RECONHECER AS INJUSTIÇAS E LUTAR POR DIGNIDADE

Davi Arantes e Ana Carolina Soares

“O verdadeiro cristianismo rejeita a ideia de que uns nascem pobres e outros ricos, e que os pobres devem atribuir a sua pobreza à vontade de Deus.”

(Dom Helder Camara.)

A sociedade contemporânea se constitui por diversos fatores que se encontram de forma não separada no cotidiano das pessoas, como, por exemplo, questões econômicas, sociais, culturais, regionais etc. O que se propõe na Semana da Cidadania 2021 é observar, discutir e construir coletivamente questões que se referem à precarização do trabalho dos jovens, tema que possui diversas faces, cores, lugares e peculiaridades, a depender das juventudes, porém que ao mesmo tempo apresenta muito em comum.

A meritocracia, ou seja, a valorização das conquistas individuais, por méritos da pessoa, desconsiderando as influências históricas, sociais e econômicas do contexto, em nosso caso, daquele/a jovem em particular, é tema recorrente de discussões em redes sociais, programas de televisão, mas ainda assim pode parecer algo abstrato, que não tem impacto real na vida e cotidiano das juventudes, e para entender como isso não só está presente, como também toma sentido contra a dignidade dos jovens, devemos fazer uma breve contextualização.



Com um desmonte dos serviços públicos em saúde e educação (além de previdências e outros setores), e a destruição dos direitos trabalhistas, tudo isso fruto de um projeto político, além das crises estruturais, as juventudes veem-se furtadas de seu futuro, suas perspectivas de estudo, trabalho, constituição de uma família ou quaisquer outros sonhos, tornam-se cada vez mais distantes, e a “culpa” deste cenário coloca-se no indivíduo. A

ideologia da meritocracia, em outras palavras, busca convencer que em um país como o Brasil, onde há mais de 14 milhões de pessoas desempregadas⁹ e famílias pobres levam

⁹ <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2021/01/28/pnad-continua---desemprego---novembro.htm>

9 gerações para poder alcançar uma renda média¹⁰, tais fatos se dão por falta de esforço, pois, segundo esta ideia, só não é “bem-sucedido” (noção essa que merece ser problematizada em nossos grupos e espaços) quem não quer.

A meritocracia, entretanto, tem ainda outras consequências, além da ocultação e transferência para o indivíduo as causas do desemprego, desigualdade, pobreza... não apenas, mas em especial os jovens, se soma algo a mais, que se interioriza, incentiva uma mentalidade competitiva e individualista frente a solidariedade e fraternidade, trata-se assim de algo que vai muito além da economia, por exemplo, mas influencia em todo um modo de pensar e de ser relacionar, de uma sociedade, e de diversas gerações.

Quando o resultado prometido, de que com esforço se alcança riqueza, sucesso profissional, realizações pessoais etc., não é alcançado o próprio jovem cobra de si mesmo, e cobra algo que não depende somente dele. Bombardeados por propagandas e imagens que não condizem com a realidade, seja nas redes sociais, televisão e outros meios de informação (se junta a isso cursos “milagrosos”, esquemas e outras promessa para o sucesso), o mundo real parece piorado, sonha-se com algo que não existe, e não alcançando essa meta, que é ilusória e não passa de um produto a ser vendido e por isso jamais suficiente, a meritocracia (ainda que não apareça com esse nome) se faz presente... seja no vestibular que exige algo além do saudável para os jovens que prestam, seja nas jornadas de trabalho em aplicativo, com mais de 10h/dia e ausência de direitos, nunca é suficiente e o culpado é o indivíduo. Nesse cenário, infelizmente, não é de se estranhar os altos índices de depressão, suicídio e outras coisas mais que tanto afetam as juventudes.

Estamos assim, diante da necessidade de uma libertação em duplo sentido: primeiro uma liberação de consciência, isso é, a capacidade de se perceber como ser merecedor de dignidade e fruto (lê-se vítima) de um sistema que gera e necessita da pobreza de uns para garantir a riqueza e luxo de poucos, e enxergar de forma clara que a pobreza e exploração são frutos de injustiças, não de falta de esforço ou desígnio de Deus; e também uma libertação no sentido material, imediato, para que a vida em abundância (João, 10; 10), que se encontrará em plenitude no paraíso já seja presenciada no hoje, adquirindo assim um sentido concreto, a libertação no dia a dia das juventudes, que se dá em meio a um processo de construção da Civilização do Amor, projeto esse que é

¹⁰ <https://g1.globo.com/politica/noticia/familias-pobres-brasileiras-levariam-9-geracoes-para-alcancar-renda-media-diz-ocde.ghhtml>

coletivo, e portanto incompatível com as mais diversas opressões, a exploração pelo trabalho de jovens e trabalhadores, e a pobreza material.

Por fim, para nós, que acreditamos no fazer-se pastoral, sabemos que não há como ser cristão, não há como amar a Deus sem amar ao próximo, a comunidade constitui aí um elemento essencial, sendo assim não há como existir meritocracia quando se busca não apenas ouvir, mas viver a palavra de Cristo, que é libertador, pois independente de mérito, independente de esforço, todos e todas somos filhos de Deus, e merecedores de uma vida plena com igual dignidade.

A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MUNDO JUVENIL E A SAÚDE MENTAL

Filipe Xavier e Catiana Nogueira dos Santos

O universo juvenil é amplamente carregado de elementos necessários para o desenvolvimento da vida cotidiana, entre eles o mundo do trabalho com todas suas relações e contradições. *O jovem precisa trabalhar, pois, será o futuro do amanhã!* Nesta afirmação encontramos, no mínimo, duas contradições frequentemente disseminadas por muitos: a primeira de que o jovem precisa trabalhar e a segunda de que o jovem é o futuro do amanhã. Tais afirmações nos levam a pensar que sem o trabalho nossos jovens não terá um futuro ou não trará um desenvolvimento para a nação. Vamos problematizar um pouco?

Começaremos pelo trecho da frase em que diz: “*o futuro do amanhã*”, nela não teceremos muitas linhas para afirmar esta primeira contradição, tendo em vista que o foco deste texto é apontar qual será o futuro desta nossa juventude diante das relações trabalhistas e suas precarizações que afetam a sua saúde mental. É importante frisar que as juventudes não serão “*o futuro do amanhã*”, uma vez que estão comprometidas/os com o presente, que ainda precisa ser construído e garantido para se começar a sonhar com um futuro que muitas vezes, é incerto, mas ao pensar no agora, veremos jovens engajados nas participações sociais e políticas, na construção de uma cultura plural e na promoção da paz.



A outra contradição está no trecho da frase: “*O jovem precisa trabalhar*” Nela podemos tecer reflexões sobre como estes jovens ingressam no mundo do trabalho e são frequentemente atacados sobre um amadurecimento para que no futuro seja um adulto responsável, mas que, ao mesmo tempo vivenciam a contradição de sua experiência na jornada trabalhista que muitas vezes se esbarra no grau de escolaridade, nos critérios do perfil desejado, exigências sobre experiência e a competitividade do primeiro emprego.

Estas contradições nos fazem perceber que tais exigências exclui subitamente jovens que poderiam concorrer a uma vaga oferecida no mercado de trabalho, em contrapartida, muitos jovens se inserem em subempregos, sem nenhuma garantia trabalhista ou leis de proteção. Para alguns especialistas do mundo do trabalho isto é considerado como a “Uberização das relações de trabalho”, um fenômeno que está

diretamente relacionado a uma exploração da mão de obra pelas grandes empresas que dominam o mercado mundial, tendo uma total ausência de qualquer tipo de responsabilidade ou obrigação das empresas com a/os trabalhadoras/res.

Em pleno século XXI, o Mercado e o Capitalismo enganaram a mente desses jovens com as fantasiosas falácias sobre Empreendedorismo e a ilusão da construção do seu próprio negócio. Este é outro elemento que precariza o trabalho juvenil através das seguintes frases: *Seja um empreendedor, abra seu próprio negócio! Seja seu próprio chefe, tenha sua própria marca!* É importante compreendermos que não estamos afirmando que um jovem não poderá assumir um cargo de chefia em uma empresa ou abrir seu próprio negócio este debate, está em questão sobre as garantias trabalhistas que são roubadas e alienadas através de um discurso empreendedor de que o Mercado e o Capitalismo vendem para as juventudes de que todas e todos têm a mesma chance e estão no mesmo patamar.

Para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) o trabalho informal é caracterizado como instável, de baixa remuneração, precário, escasso de direitos e proteção social. Diante disso, podemos constatar que na realidade brasileira em seu último relatório sobre trabalho decente e juventude o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) identificou que os trabalhos informais no Brasil ocupam a faixa etária de 15 a 17 anos, mais adiante os jovens entre 18 a 24 anos e seguidos dos jovens de 25 a 29 anos, ou seja (52,07%) dos jovens de 15 a 29 anos trabalham e não participam de nenhuma atividade educacional (IPEA, 2015)

Quando relacionamos esses fatores sociais à saúde mental e à juventude no mercado de trabalho, identificamos que a precariedade do serviço deixará estes jovens mais propensos à exposição de opressão no ambiente de trabalho e diante disso, buscarem outros caminhos para permanecer em atividades menos valorizadas pela sociedade. A saúde mental nestes ambientes possibilita “a existência de alguns tipos de transtornos comportamentais relacionados à solidão, maus-tratos, violência e sentimento de indeterminação no trabalho, que são mais incidentes na vivência de trabalho de sujeitos sem experiência, como os jovens (BENDASSOLLI; SOBOLL, 2011; PAIVA et al.,2013).

Quanto maior for a precariedade do serviço e a sua informalidade, maior será a chance de aparecimento de alguns sintomas psiquiátricos pois, para além disso, precisamos compreender que as desigualdades sociais e suas consequências reforçam estes processos de precarização diretamente ligada a expropriação do trabalho capitalista

(RIBEIRO, 2015). A perversidade nas relações de trabalho gera graves consequências na vida das juventudes, além do desemprego cada vez mais crescente no Brasil, a saúde mental dos nossos jovens sofre pela falta das oportunidades restritas para públicos específicos e pela exaustiva sobrecarga que se impõem a eles sobre suas vivências na sociedade e na dinâmica familiar.

Ainda que este trabalho seja informal sem acesso a proteção social a busca deste jovem para ocupar este espaço no mercado de trabalho nos remete a compreender que ele pode ser um “espaço de sobrevivência” ou de “ascensão social”, tendo em vista que a escassez das oportunidades regulamentadas e suas diversas exigências estão voltadas cada vez mais para níveis de escolarização muitas vezes ainda inatingível pelos jovens de condições socioeconômicas mais baixa fazendo com que aceitem os menores salários que são oferecidos pelos donos de empresas.

Os impactos maiores são decorrentes pelo longo tempo que estão no desemprego, em alguns casos jovens que estão sem nenhuma perspectiva de inserção no mercado de trabalho por estar a um bom tempo desempregado faz com que busquem alternativas mais graves perante os cuidados com a sua saúde mental como depressão e suicídio. Saber que ainda temos muito a percorrer nestes fatores que atravessam e que afetam esta relação trabalho, juventude e saúde mental, nos faz perceber que estamos em constante mudanças no Brasil que são necessárias para que isto evolua e em breve nos faça sentir tranquilos para afirmar: *O jovem precisa trabalhar, pois, será o futuro do amanhã!*

Referências:

- PAIVA, Kely César Martins et al. Estresse ocupacional e Burnout de jovens trabalhadores. In: XXXVII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro. Anais da ANPAD, p. 1-16, 2013
- BENDASSOLLI, Pedro Fernando; SOBOLL, Lis Andrea Pereira Clínicas do trabalho. São Paulo: Atlas, 2011
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; OIT. Organização Internacional do Trabalho. Juventude e trabalho informal no Brasil. Brasília, DF, 2015.
- RIBEIRO, Herval Pina. De que adoecem e morrem os trabalhadores na era dos monopólios 1980-2014. A violência do trabalho no Brasil. São Paulo: CENPRAS, 2015

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAMPO

Paulo Romário

As relações de trabalho no Brasil são marcadas por quase 400 anos de escravidão manchando de sangue indígena e negro as nossas terras. A estrutura que permitiu esse crime horrendo por tanto tempo não se desfez após o processo da abolição. Muito pelo contrário, os povos negros e marginalizados continuam sendo excluídos de educação, emprego, moradia, terra, portanto de vida digna.

Nesse contexto, após 132 anos da abolição ainda encontramos pessoas trabalhando em situações e condições análogas à escravidão, sobretudo, no campo. Basta olharmos para a nossa história e percebermos que o processo da escravidão era na quase totalidade, no campo. O Brasil até início do século 20 era um país predominantemente agrário. Dessa forma, pelas heranças malditas da escravidão, pela chaga do latifúndio, pela ganância e perversidade das elites rurais brasileiras, os povos do campo historicamente foram privados de direitos e submetidos a condições desumanas de trabalho.



A primeira lei que garantiu direito aos trabalhadores do campo é do ano de 1963. Mas pela distância e isolamento, os cuidados de proteção e zelo dessas condições de trabalho são historicamente desrespeitados. Somada a isso vem a reforma trabalhista, a terceirização e a precarização do Ministério do Trabalho, que vem ocorrendo desde 2016, deixando os/as trabalhadores/as rurais cada vez mais desprotegidos/as.

Uma das formas de superexploração dessa mão de obra ocorre pela sazonalidade do trabalho agrícola. Por exemplo, precisa-se de trabalhadores/as para o plantio e após concluído o processo, os/as trabalhadores/as são dispensados/as sem garantias de nada. Sem falar no trabalho sem condições de segurança, com alta exposição à luz do sol, acidentes com ferramentas e contaminação no manuseio com agrotóxicos.

Nessa situação de vulnerabilidade se encontra a juventude do campo, que sem oportunidades de gerar renda, se obrigam a entrar nesse regime de trabalho ou partir para uma migração forçada.

Dito isso, entendemos que a precarização do trabalho no campo tem origem embrionária na escravidão do povo negro e na mentalidade escravocrata da elite brasileira. A urgência de romper com essa estrutura e ideologia ainda em vigor é uma outra relação com a natureza num processo de cooperação com a “Mãe Terra”, e de

construção de relações sociais e trabalhistas, fundadas nos valores da solidariedade, respeito, comunhão e afeto. Portanto, valores humanos que edificam a construção do Bem Viver.



COMO CONSTRUIR UM PROJETO DE VIDA SE NÃO NOS DEIXAM VIVER COM DIGNIDADE?

Augusto Andrade, Thalita Vasconcelos e Jassiara Santos

*“A gente não quer só comida
A gente quer comida, diversão e arte(...)
A gente não quer só dinheiro
A gente quer dinheiro e felicidade”*



Pensando no trabalho, em um primeiro momento vem em nossa mente mais de uma interpretação acerca desta ação tão cotidiana de nossas vidas. O trabalho pode nos ser um meio de realizações pessoais, uma forma de nos trazer dignidade, de nos sentirmos úteis e ativos, de definirmos em qual posição social nos encaixamos. Contudo, a depender da forma que é vivenciado, o trabalho pode ser algo que nos traga sentimentos difíceis, tais como: a dor, a angústia, a consciência da exploração, a impossibilidade de realizarmos nossos sonhos, nos jogando à margem da sociedade.

Em uma lógica de mundo pautada no sistema capitalista, estes últimos sentimentos se tornam cada vez mais comuns, especialmente entre as juventudes. Os sonhos, força motora que move as juventudes, são facilmente ceifados, interrompidos sem nenhuma piedade, pelos interesses de uma minoria que explora violentamente o potencial produtivo e criativo dos/das jovens.

Isso retira não apenas o protagonismo das ideias e ações dos/das jovens, mas limita-os de maneira que ficam reféns dos interesses minoritários de uma classe que detém os meios de produção e concentram as riquezas advindas do mesmo.

Nos dias atuais, é comum observarmos nas juventudes uma rotina robotizada, que não permite a elas traçarem metas, terem o direito de sonhar, e exercerem a liberdade de construir e concretizarem o seu Projeto de Vida. Perceber isso nos ajuda a apontar alguns indicativos que dificultam a dinâmica de vida juvenil. A palavra sobrevivência ressoa no coração das juventudes como um sentimento, mesmo que ainda muito aquém do sonhado, de esperança diante das desleais condições que são impostas à vida juvenil. Outro indicativo é a negligência quanto às etapas naturais do processo de vivência e formação das juventudes, ocasionadas em sua grande maioria pelo trabalho precoce, promovendo efeitos negativos no desenvolvimento social, físico, educacional e cognitivo. Quantos adolescentes e jovens são obrigados, devido à dinâmica social e/ou familiar, a

trabalharem desde muito cedo, às vezes em condições degradantes, e sem poderem continuar estudando.

Vale salientar que as políticas públicas de acompanhamento, fiscalização e promoção das juventudes, são um avanço significativo no processo histórico, todavia percebemos um forte movimento não aleatório, mas coordenado, de alguns segmentos organizados, para o enfraquecimento das ações propostas por essas políticas públicas. Vem se tornando a cada dia mais urgente a luta pela garantia de direitos das juventudes. Por esta razão, temos que ser vigilantes e comprometidos nesta construção coletiva desses direitos.

O cenário precário que se apresenta promove danos significativos à saúde mental das juventudes, o que, juntamente com outras violências sofridas, explica por exemplo os altos índices de depressão, ansiedade e suicídio entre jovens de 14 a 29 anos de idade. As exigências, as promessas, a rotina, o não cuidado do corpo e da mente, são alguns dos gatilhos que silenciosamente vão minando a saúde mental das juventudes, e que, por muitas vezes, estão incutidos na condição de trabalho ofertada. É indispensável um processo pedagógico de inserção no mercado de trabalho aliado a um acompanhamento especializado e individualizado para as juventudes, a fim de estabelecer uma maior segurança no trabalho e condição de vida plena.

Mas o trabalho, quando vivenciado de forma saudável, no momento e proporções corretas, tende a ser um grande aliado na realização dos sonhos. É desejo das juventudes um processo correto e complementar que permita vivenciar plenamente todas as etapas da infância, adolescência e vida adulta. O valor lúdico e espontâneo da infância, as etapas de amadurecimento e descobertas da adolescência, e as realizações da vida adulta são, sem dúvida, valores indispensáveis à condição digna da vida humana.

Facilmente nos perguntamos: *“Como realizar os nossos sonhos, se não nos deixam sonhar? Como damos conta de construir um projeto de vida se nossa luta é para sobrevivermos?”*

É necessário construir respostas a essas perguntas cruciais. Respostas que sejam capazes de nos fazer ter coragem para revolucionar os meios de produção e destruir um sistema que é tão injusto e cruel. As Juventudes não são e não devem ser mão de obra barata e submissa. A precarização interrompe projetos de vida, sonhos e potenciais. Por isso é preciso engajar-se na luta por trabalho digno e conseqüentemente de uma vida digna para todas e todos, especialmente de nossas juventudes empobrecidas, marginalizadas e deserdadas desse sistema.

CONTATOS

PASTORAL DA JUVENTUDE DO MEIO POPULAR – PJMP

Site: www.pjmp.org

E-mail: pjmpsecretaria@gmail.com

PASTORAL DA JUVENTUDE – PJ

Site: www.pj.org.br

E-mail: secretarianacional@pj.org.br

PASTORAL DA JUVENTUDE ESTUDANTIL – PJE

Site: www.pjebr.org

E-mail: pjebrasil@gmail.com

PASTORAL DA JUVENTUDE RURAL – PJR

Site: www.pjrbrasil.org

E-mail: secretariapjrbrasil@gmail.com

Semana da Cidadania 2021

Realização:

